



## **Perfil Socioeconômico do Município de Cunhataí/SC**

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

---

048 Oliveira, Gabriel Nunes de et al.  
Perfil Socioeconômico do Município de Cunhataí/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Gabriel Nunes de Oliveira, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Nilson Luiz Costa, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.  
36 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Oliveira, Gabriel Nunes de. II.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. III.Costa, Nilson Luiz. IV.Giotto,Enio. V.Silva,Saionara da. VI.Calgaro,Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1



**Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Eugenio Poltronieri (Presidente)  
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)  
Giovana Giacomolli  
Gustavo Pereira Fortes  
Jocler Moresco  
Leocácio Gallo Paloschi  
Sérgio Luiz Triches  
Valéria Maria Zanatta Senger  
Walmor Liberalesso  
Willian Jeferson Bez

**CONSELHO FISCAL**

Carlos Alberto Pinheiro  
Ernilo Arteli Grellmann  
Sergio Roberto Basso  
Ronaldo Lima dos Santos  
Tiago Gadonski  
Valdomiro Tomazoni

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Márcio Girardi (Diretor Executivo)  
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)  
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

**GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)  
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)  
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



**Universidade Federal de Santa Maria**

**REITORIA**

Paulo Afonso Burmann (Reitor)  
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

**Campus de Palmeira das Missões**

Rafael Lazzari (Diretor)  
Adriano Lago (Vice-Diretor)

**Campus de Frederico Westphalen**

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)  
Igor Senger (Vice-Diretor)

**Centro de Ciências Rurais (CCR)**

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)  
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em  
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)  
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA  
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)  
Manoel Renato Teles Badke (Diretor  
Financeiro)  
Jeferson de Souza Flores (Diretor  
Administrativo)

**EXECUÇÃO DA PESQUISA**

**Núcleo de Pesquisas em Economia do  
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)  
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)  
Enio Giotto (Pesquisador)  
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)  
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)  
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068  
Convênio UFSM/FATEC

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ</b> .....	7
2.1. Caracterização demográfica .....	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Cunhataí .....	8
2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial .....	9
2.2.2. Análise da Evolução do Mercado Formal de Trabalho .....	12
2.2.3. Análise da Evolução da Produção Agropecuária .....	14
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento .....	23
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação .....	23
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil .....	24
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas .....	25
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal .....	26
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento .....	28
<b>3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL</b> .....	31
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	36



Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi realizado através de entrevistas e reuniões com as "pessoas e entidades", autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Cunhataí/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão algumas reflexões sobre o processo de desenvolvimento. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentada uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

## 2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Cunhataí/SC (2019), o município está situado na mesorregião Oeste Catarinense, distante 750 Km da capital do estado, Florianópolis, e 74 Km da cidade de Chapecó. Possui limites com os municípios de Saudades e Cunha Porã ao Norte, São Carlos ao Sul, São Carlos e Palmitinho ao leste.

Segundo a Lei nº 9.920 de 29 de setembro de 1995, o município de Cunhataí foi criado, sendo instalado em 1 de janeiro de 1997, desmembrando-se de São Carlos, com 54,51 Km quadrados.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude que varia de 250 a 550 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 26°58'00" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°05'00" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

### 2.1. Caracterização demográfica

A colonização se deu no ano de 1940, com a vinda da família Klauck para a localidade de Barra pequena. Nos anos seguintes, Cunhataí recebeu outras famílias que se abrigaram próximo a um pequeno rio. O município foi colonizado por descendentes de alemães, sendo que até hoje a cultura, os costumes e a língua são preservados (Prefeitura Municipal de Cunhataí/SC, 2019).

Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 1.962 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 1.882 habitantes.

**Tabela 1.** População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	299	30%	270	31%	569	30%
Rural	705	70%	608	69%	1.313	70%
<b>Total</b>	<b>1.004</b>	<b>100%</b>	<b>878</b>	<b>100%</b>	<b>1.882</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 30% da população de Cunhataí vive na zona urbana e 70% vive na zona rural.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 19,34% tem até 14 anos, 23,38% de 15 a 29 anos, 43,3% de 30 a 59 anos e 13,97% com 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

**Tabela 2.** População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	208	20,72	156	17,77	364	19,34
15-29 anos	235	23,41	205	23,35	440	23,38
30-59 anos	436	43,43	379	43,17	815	43,30
60 ou mais	125	12,45	138	15,72	263	13,97
<b>Totais</b>	<b>1004</b>	<b>100,00</b>	<b>878</b>	<b>100,00</b>	<b>1882</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Na Tabela 2 observa-se que mais de 66,68% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

## 2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Cunhataí

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real<sup>1</sup>), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia<sup>2</sup>, o PIB real *per capita*<sup>3</sup>, a demografia das empresas do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

<sup>1</sup> De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

<sup>2</sup> De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

<sup>3</sup> Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

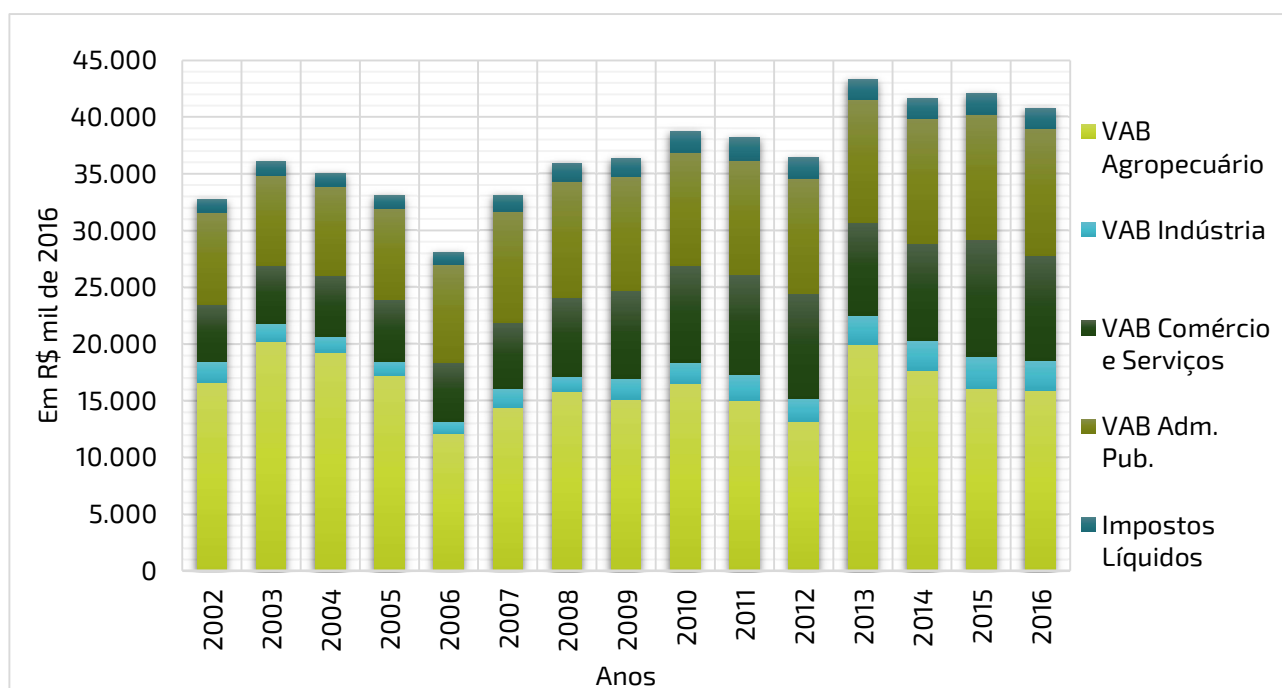


### 2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial

Entre 2002 e 2016, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 32,769 milhões para R\$ 40,762 milhões. Neste período, o setor agropecuário e administração pública se constituíram como os setores com maior capacidade de geração de riquezas, com um VAB médio no período de 2002 a 2016 de R\$ 16,337 milhões e R\$ 9,669 milhões respectivamente, seguido pela serviços exclusive a administração pública com R\$ 7,308 milhões. Na sequência tem-se o setor industrial com R\$ 1,917 milhões para o mesmo período.

De um modo geral, a trajetória do VAB em Cunhataí tem sido de crescimento nos anos de 2002-2003 e de retração de 2004-2006, voltando a aumentar de 2007 a 2016, conforme é possível observar na Figura 2.

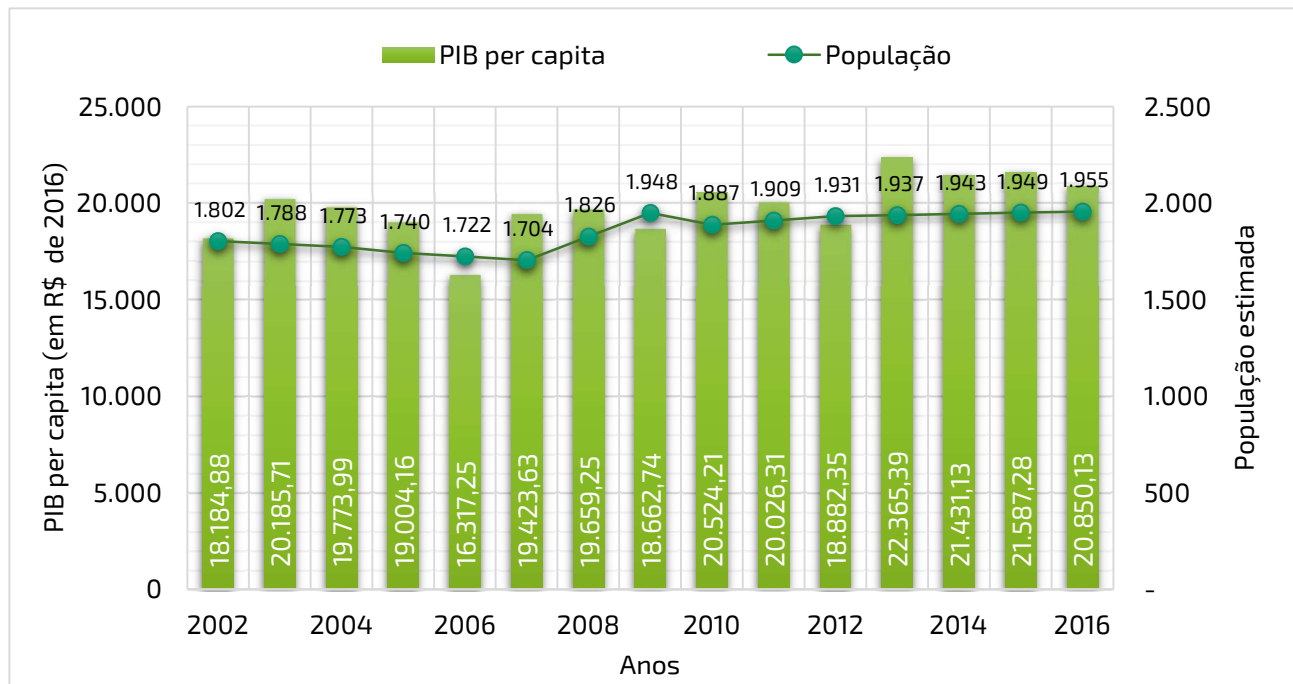
**Figura 2.** Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

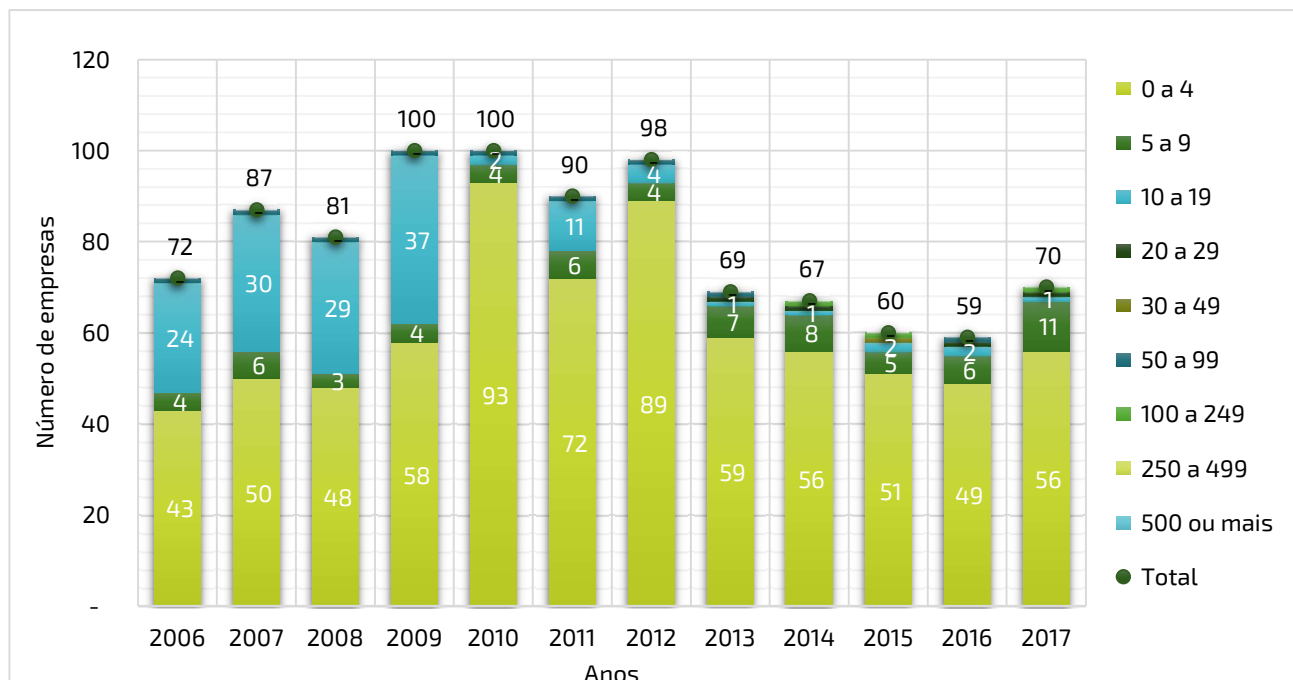
Neste contexto, o PIB Real *per capita* do município cresceu de R\$ 18,18 mil para R\$ 20,85 mil, conforme é possível observar na Figura 3. Entretanto, ainda situa-se abaixo da média regional (R\$ 34,73 mil) e da média estadual (R\$ 37,14 mil).

**Figura 3.** Produto Interno Bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

**Figura 4.** Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



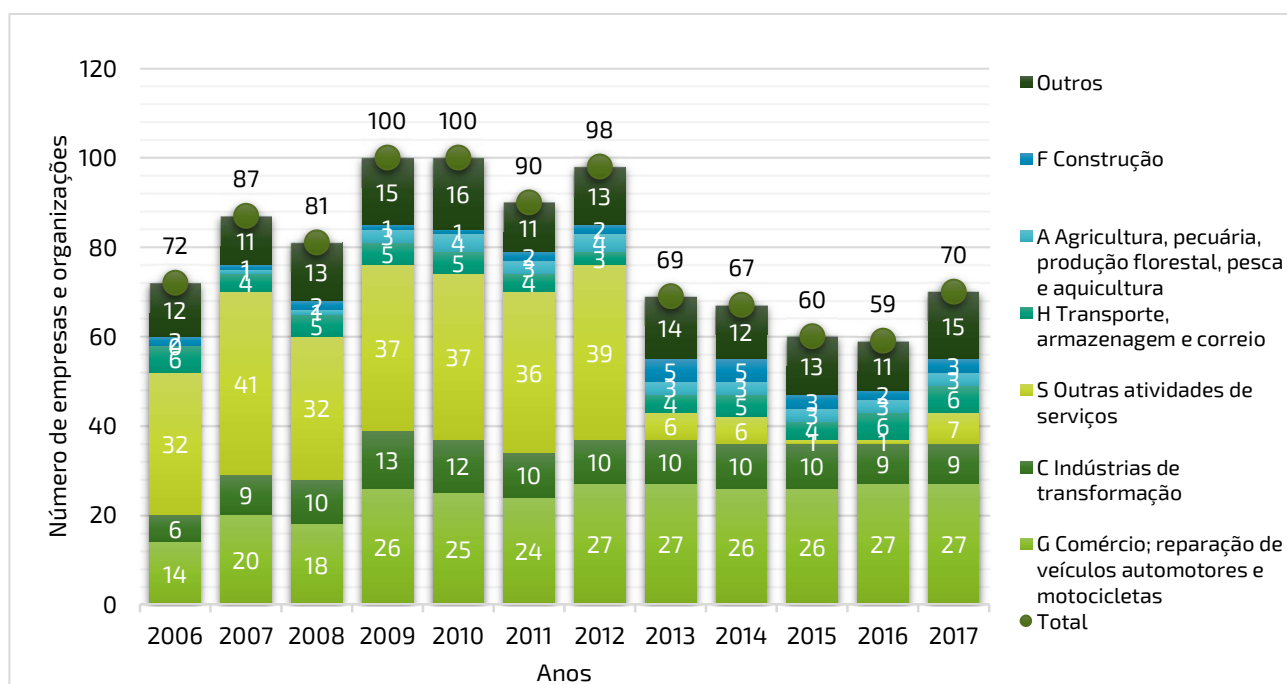
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam

de 80% das empresas do município em 2017, ou seja, 56 empresas. Nesse ano, 14 empresas empregavam mais de 4 empregados, sendo que 11 empresas se situaram na faixa de 5 a 9 empregados, conforme é possível observar na Figura 4.

Conforme pode-se observar na Figura 5, o segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresa em 2017, com 27 empresas, equivalente a 38,57% do total. A segunda categoria em número de empresas é Indústrias de transformação, com 17 empresas, representando 12,85% do total de empresas verificado no município em 2017, seguido Transporte, armazenagem e correio, com 6 empresas, representando 8,57%.

**Figura 5.** Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

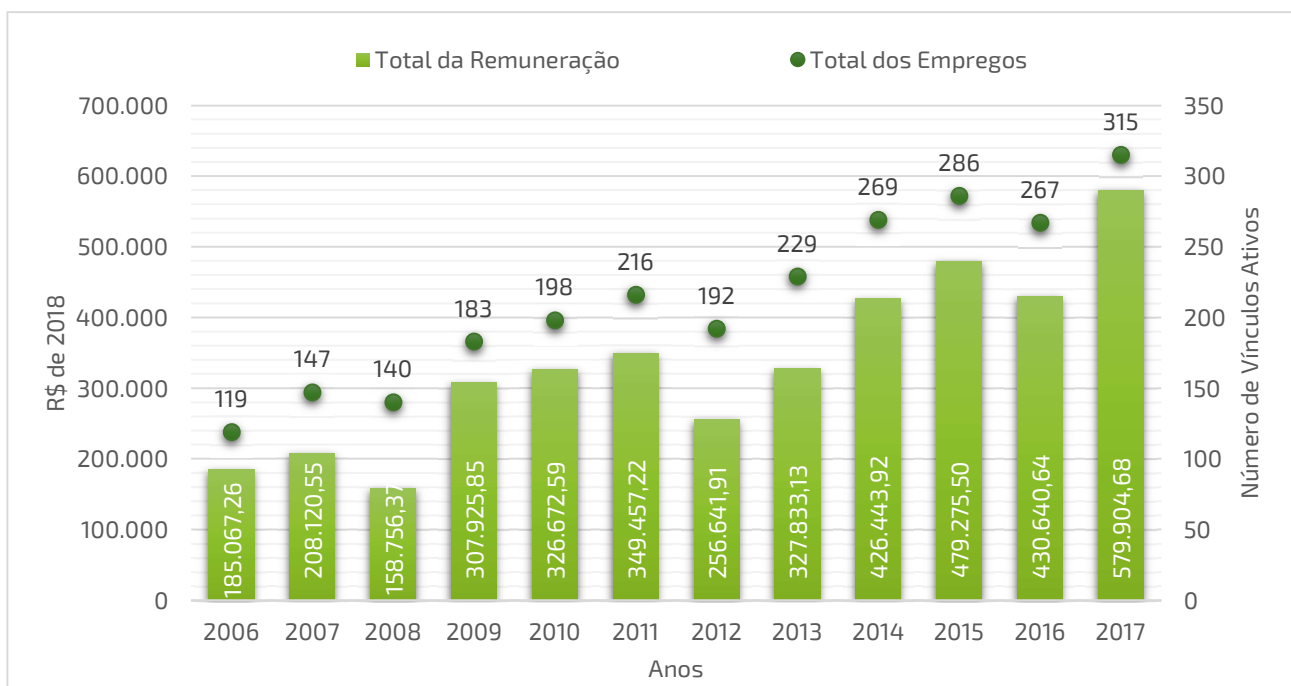
Ao longo do período de 2006 a 2017, o número de empresas no município oscilou de 72 para 70, mas chegou a ter por volta de 100 empresas e organizações entre os anos de 2009 e 2012. A redução do número de empresas e organizações, entre 2012 e 2017 se deu principalmente no segmento de serviços, que oscilou de 39 para 7.

### 2.2.2. Análise da Evolução do Mercado Formal de Trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET).

Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

**Figura 6.** Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017



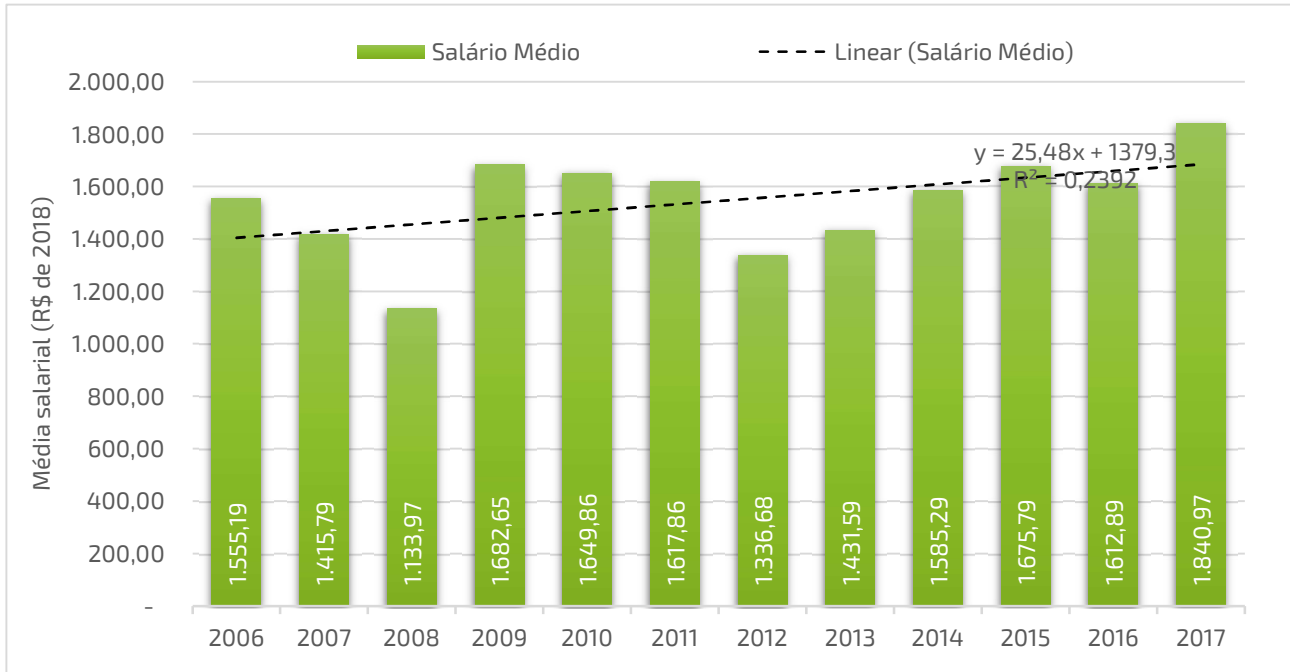
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

A partir da Figura 6, observa-se que o município experimentou um crescimento no número de empregos e da massa salarial no período de 2006 a 2017, quando os empregos partem de 119 postos de trabalho para 315, com rendimento de R\$ 185,067 mil em 2006 para R\$ 579,904 mil em 2017. Em 2008 e 2012 houve uma depressão nos níveis de emprego e de remuneração, onde se verificou 140 empregos e remuneração de R\$ 158,7 mil e 192 empregos e R\$ 256,641 mil respectivamente.

Na Figura 7 demonstra-se a remuneração média desses postos de trabalho, que em decorrência do exposto na Figura 6, demonstra um crescimento de R\$ 1.555,19 por trabalhador em 2006 para R\$ 1.840,97 em 2017. Pode-se observar que o ocorrido nos anos

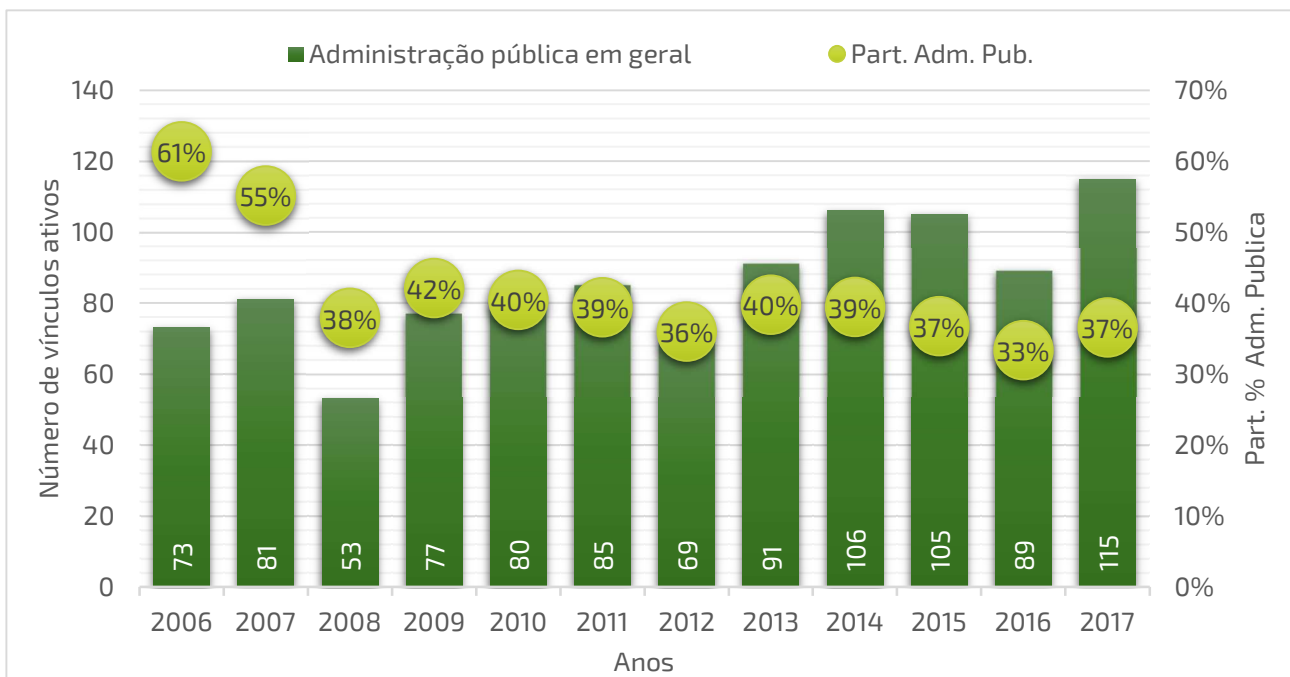
de 2008 e 2012 na Figura 6, define o comportamento da remuneração média, com queda nesses dois anos, conforme observado na linha de tendência da Figura 7.

**Figura 7.** Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

**Figura 8.** Número de empregos da administração pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017

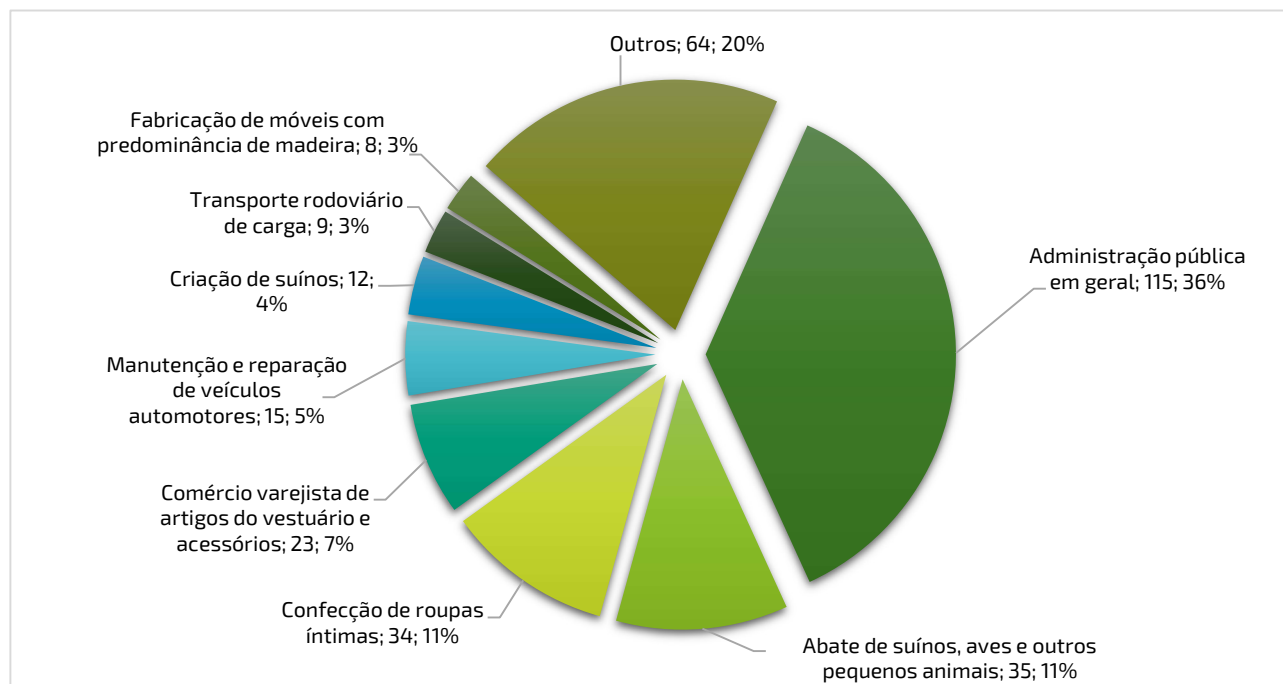


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 8 verifica-se a participação relativa do setor público no mercado formal de trabalho da economia do município. Neste contexto, observa-se que a participação foi de 61% para 37% no período analisado, mas chegou a ser de 33% em 2016.

Com o objetivo de melhor caracterizar o mercado formal de trabalho de Cunhataí, em 2017, apresenta-se a Figura 9.

**Figura 9.** Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Observa-se que cerca de 36% dos empregos estão vinculados à administração pública em geral, 11% no abate de suínos e 11% estão vinculados a confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas<sup>4</sup>.

### 2.2.3. Análise da Evolução da Produção Agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Cerca de 92,34% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo

<sup>4</sup> Código CNAE 84.11-6

fiscal (até 18 hectares) e concentram cerca de 82,01% da área. 7,66% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (18 a 36 hectares) e ocupam 17,99% da área total dos estabelecimentos do município.

**Tabela 3.** Estrutura Fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	494,00	4.187,35	92,34	82,01
1-2	41,00	918,53	7,66	17,99
2-3	0	0	-	-
3-4	0	0	-	-
4-5	0	0	-	-
5-6	0	0	-	-
6-7	0	0	-	-
7-8	0	0	-	-
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	<b>535,00</b>	<b>5.105,88</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que 100% das propriedades rurais tem até 36 hectares e ocupam 100% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

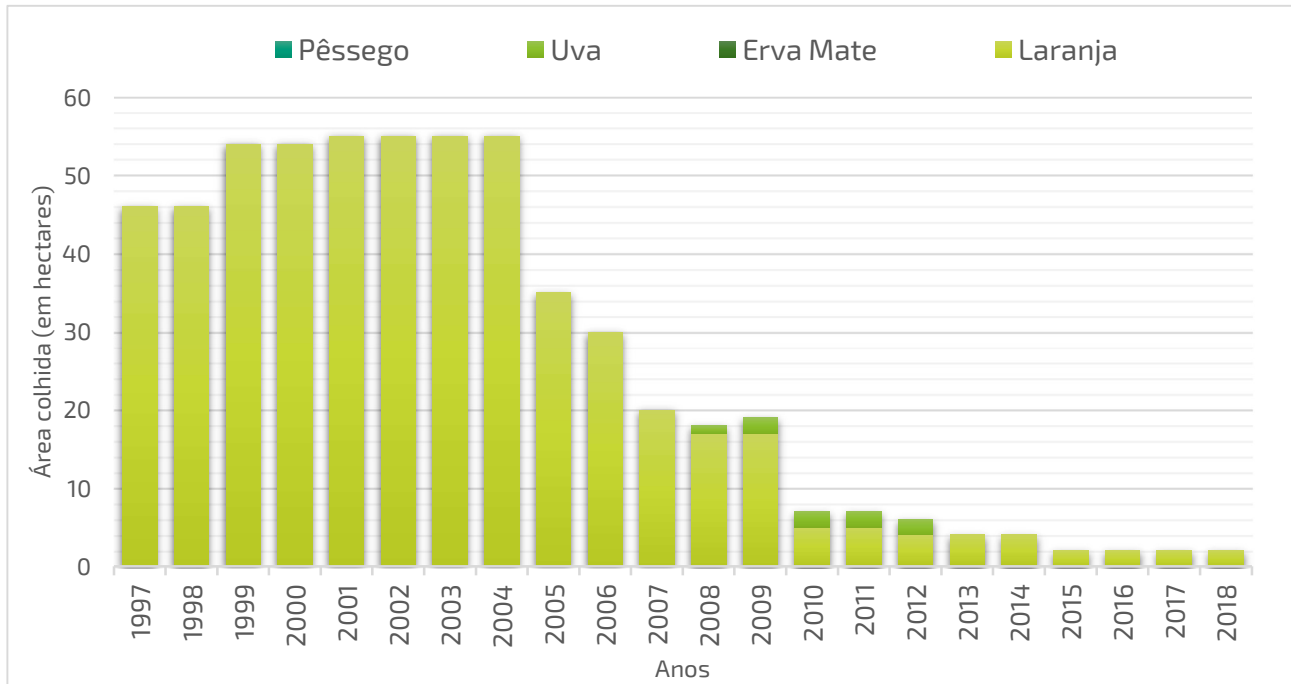
Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 49 hectares para lavouras perenes e 1.598 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 46 para 2 hectares no período 1997 – 2018. No mesmo período, as principais cultivares de lavoura temporária alcançaram uma área plantada de 4.460 hectares em 1997 para 639 hectares em 2018.

Nas lavouras perenes observa-se a relevância da cultura da laranja de 1997 a 2004, sendo que a partir de 2005 inicia uma trajetória de redução da área cultivada dessa cultura. A cultura da uva experimentou uma área de 2 hectares de 2009 a 2012, deixando de constar nas estatísticas a partir de 2013. Em 2018 registrou-se 2 hectares de laranja.

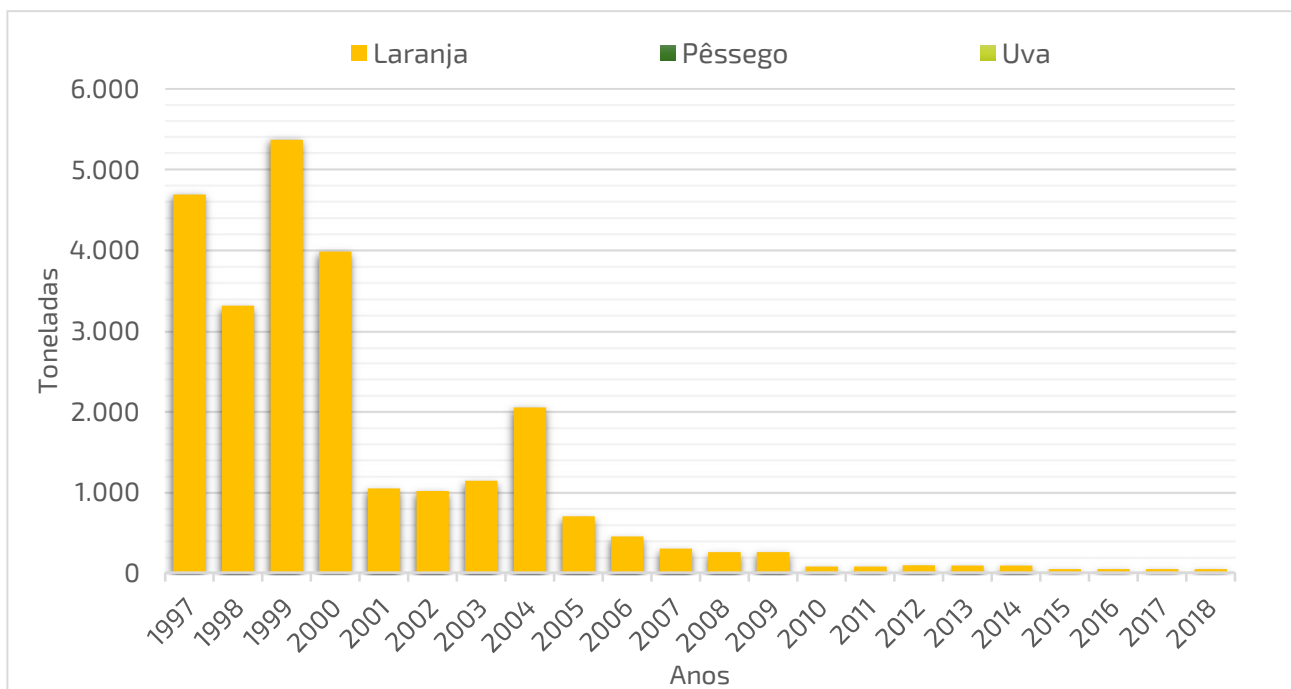
A Figura 10 permite observar a evolução global do segmento de produção das lavouras permanentes no município, bem como a sua baixa representatividade no segmento de produção agropecuária.

**Figura 10.** Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1997 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

**Figura 11.** Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 1997 - 2018



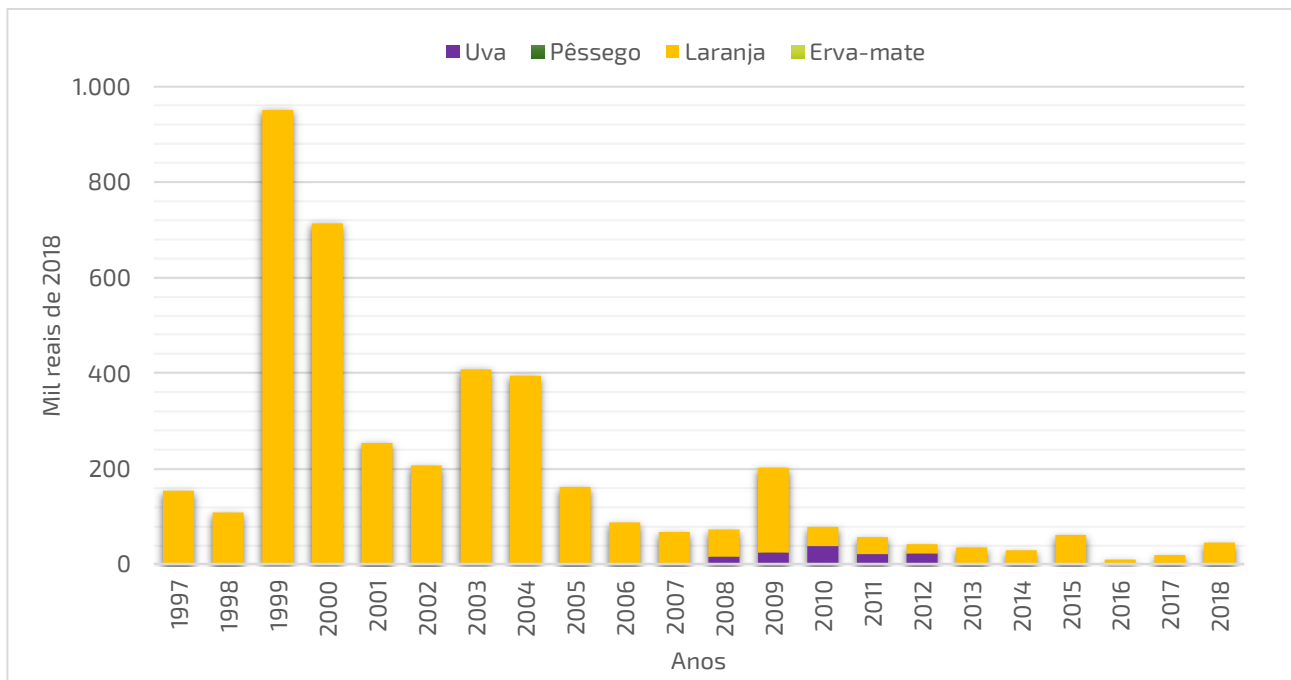
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).



A Figura 11 também permite observar a redução da produção, principalmente com a forte queda da área de laranja que imprime redução significativa da quantidade produzida dessa cultura a partir do ano 2002.

Observando a Figura 12, pode-se verificar que o ano de maior valor da produção da cultura da laranja foi em 1999, quando o valor comercializado chegou a R\$ 950 mil<sup>5</sup>. A partir de então o segmento entrou trajetória de encolhimento e fechou 2018 em R\$ 45 mil. Já a cultura da uva, tem valores observados no período compreendido entre o ano de 2008 a 2012.

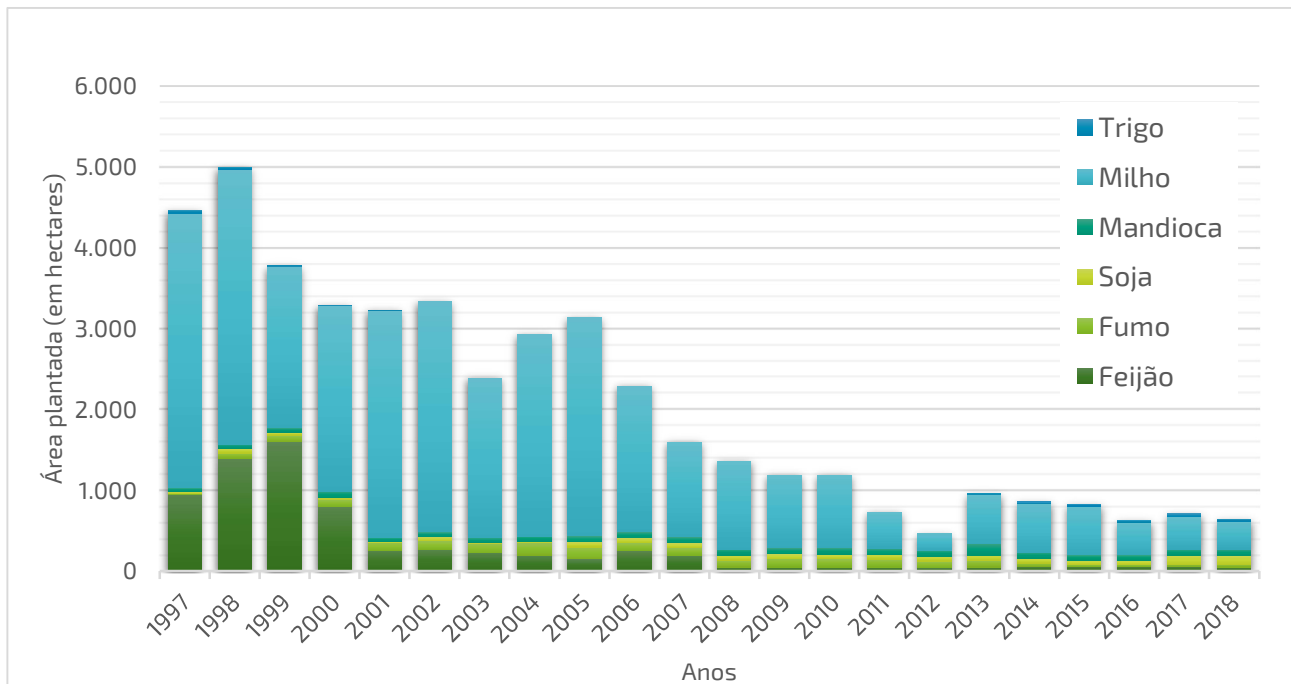
**Figura 12.** Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1997 - 2018



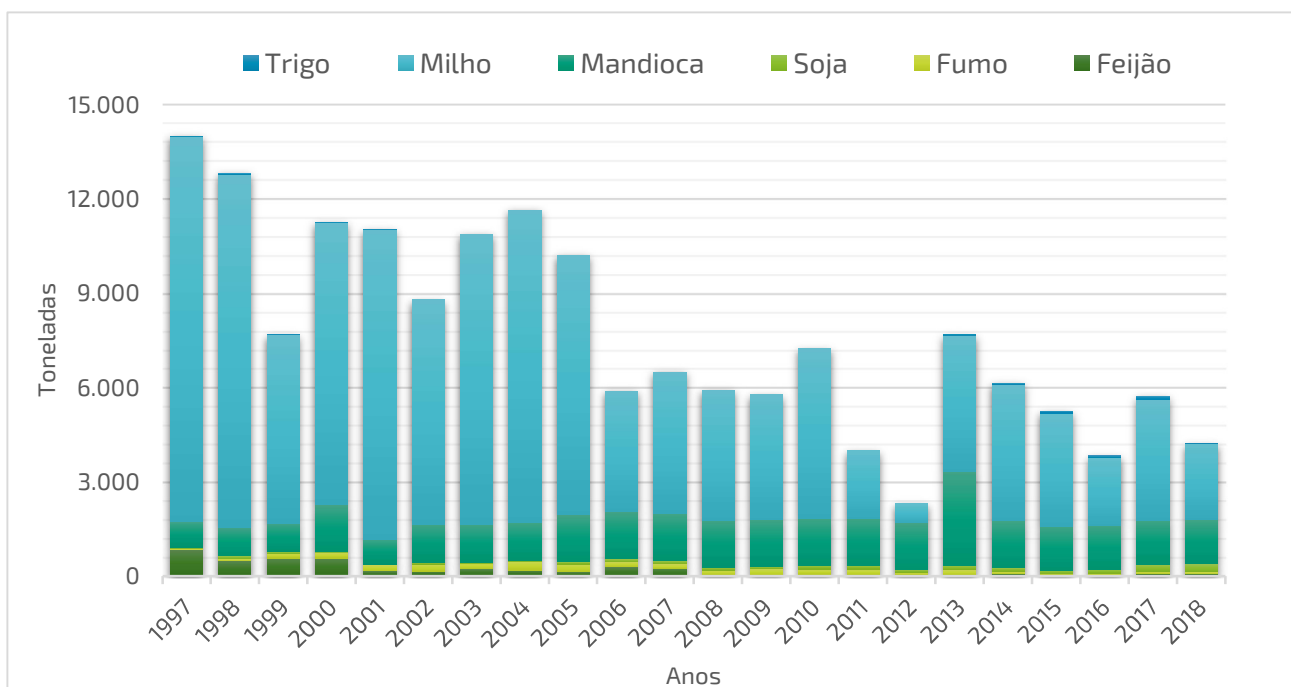
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13, que a área colhida vem sendo reduzida paulatinamente de 1997 a 2018. As culturas de feijão, milho e trigo tiveram suas áreas reduzidas em 95%, 90% e 33% respectivamente. As culturas que tiveram crescimento em suas áreas colhidas foram soja, fumo e mandioca com aumentos de 300%, 190% e 75% respectivamente.

<sup>5</sup> Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

**Figura 13.** Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1997 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

**Figura 14.** Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1997 - 2018 (Toneladas)

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 14 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção de milho que

varia de 12,24 toneladas em 1997 para 2,42 toneladas em 2018, ou seja, uma redução de 80%. No período de 1997 a 2018, a média produzida de milho no município foi de 4,625 toneladas por hectare.

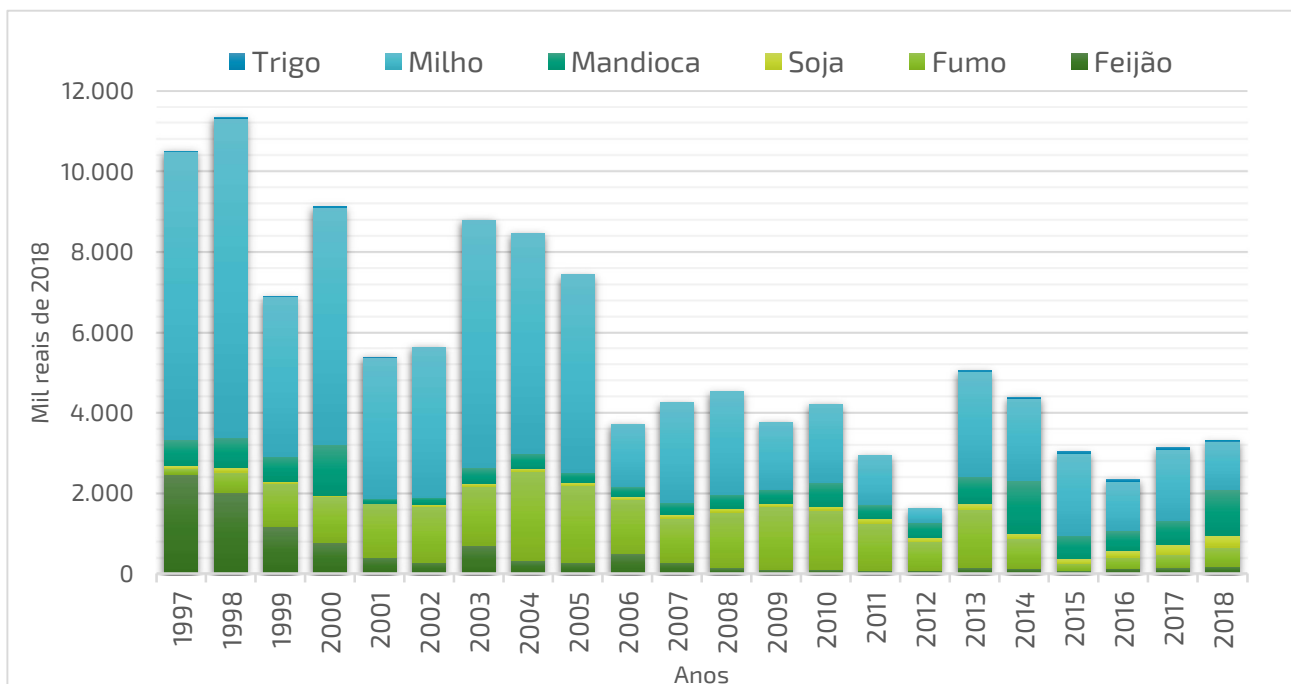
A cultura da mandioca manteve a sua produtividade em torno de 20 toneladas por hectare.

A cultura da soja foi a que apresentou maior crescimento na quantidade produzida, partindo de 54 toneladas em 1997 para 252 toneladas em 2018. A produtividade desta leguminosa aumentou em 17% no período, de 1,8 toneladas em 1997 para 2,1 toneladas em 2018.

A cultura que teve a maior redução na quantidade produzida foi a do feijão, -91%, que diminuiu de 855 toneladas em 1997 para 73 toneladas em 2018.

Na cultura do fumo foi possível observar elevação da quantidade produzida (244%), partindo de 18 toneladas em 1997 para 62 toneladas em 2018 com picos nos anos de 2004 e 2005, quando a produção alcançou 284 toneladas.

**Figura 15.** Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1997 - 2018

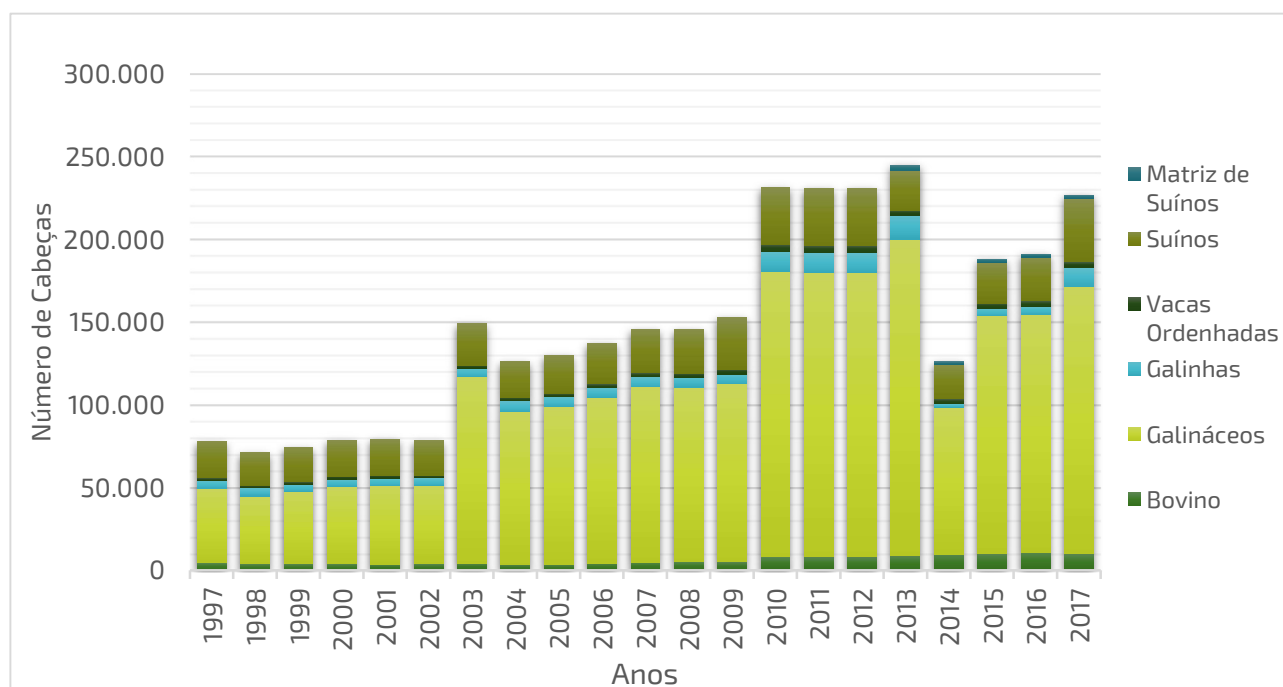


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais<sup>6</sup>, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária alcançou cerca de R\$ 11,3 milhões em 1998 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 3,3 milhões. Neste período, o milho foi a cultura que mais reduziu. A produção de feijão também retraiu consideravelmente. Em linhas gerais, o cenário para a lavoura temporária neste município é de retração, conforme pode ser observado na Figura 15.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, observa-se na Figura 16 uma tendência de crescimento, principalmente na categoria galináceos<sup>7</sup>, onde apresentou um acréscimo de 259,67% ao longo do período de 1997 a 2017, passando de 45.000 para 161.850 cabeças, sendo que de 2010 a 2013 ultrapassou 172 mil cabeças.

**Figura 16.** Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1997 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

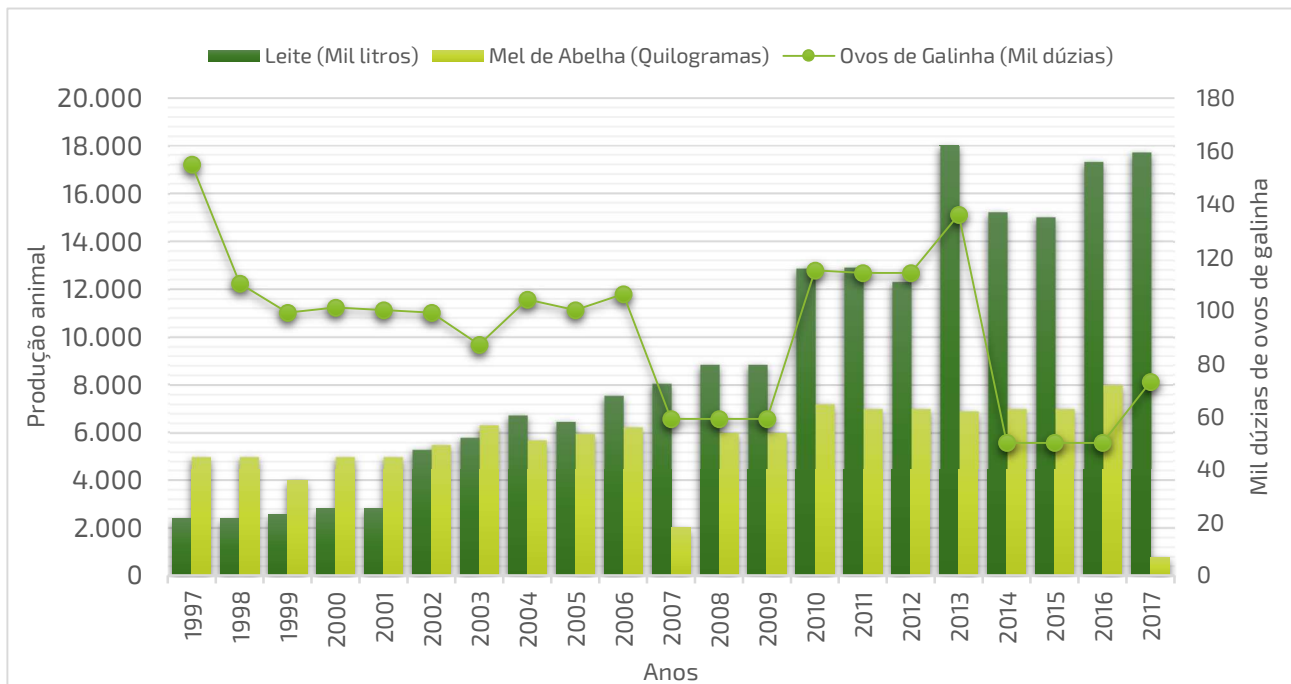
<sup>6</sup> Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

<sup>7</sup> Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

A categoria galinhas<sup>8</sup> aumentou em 130% e bovinos em 122%. Já o número de vacas ordenhadas parte de 1.500 animais em 1997 para 3.382 animais em 2017, representando um aumento de 125% no período. O rebanho de suínos foi ampliado em 73%, partindo de 22 mil cabeças em 1990 para 38 mil em 2017.

A partir da Figura 17 é possível observar a produção animal do município.

**Figura 17.** Produção animal: 1997 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Destaca-se que em 1997 a produção leiteira comercial no município alcançou 2,4 milhões de litros de leite e uma produtividade de 5 litros/vaca/dia ordenhada. Em 2017, a produção foi de 17,7 milhões de litros de leite, com produtividade de 17 litros/vaca/dia, ficando acima da média do estado, que é de 13,59 litros/vaca/dia<sup>9</sup>. Pode-se observar um pico de produção em 2013, quando alcançou 18 milhões de litros de leite e produtividade de 19 litros/vaca/dia ordenhada.

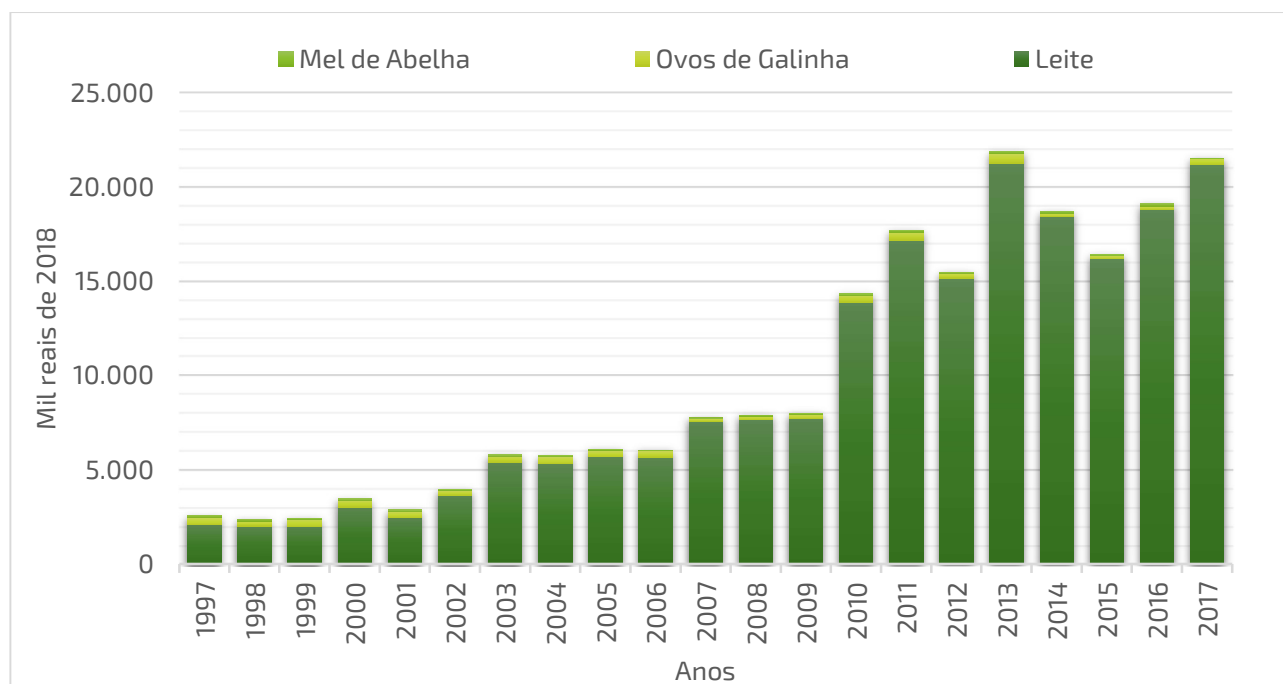
<sup>8</sup> Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie *Gallus gallus* destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

<sup>9</sup><https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6912#resultado>

A produção de mel de mel no município apresenta uma trajetória de crescimento entre 1997 e 2016, partindo de 5 mil quilos para 8 mil quilos/ano. Por outro lado, a produção de ovos vem decrescendo, de 155 mil dúzias em 1997 para 73 mil dúzias em 2017.

Observando a Figura 18, verifica-se que a produção de leite é uma das mais significativas produções de origem animal no município, 98% do total em 2017 (R\$ 21,5 milhões).

**Figura 18.** valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1997 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Por sua vez, o valor da produção de ovos reduziu de R\$ 374 mil para R\$ 328 mil entre 1997 e 2017. Já, o valor real da produção de mel passou de R\$ 119 mil em 2001 para R\$ 8,5 mil em 2017, mas registrou R\$ 119 em 2016, conforme é possível verificar na Figura 18.

Segundo censo agropecuário de 2017, "Tabela 6940", o valor de venda da categoria galináceo foi de R\$ 2,442 milhões para um rebanho no período de 988 mil cabeças.

## 2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

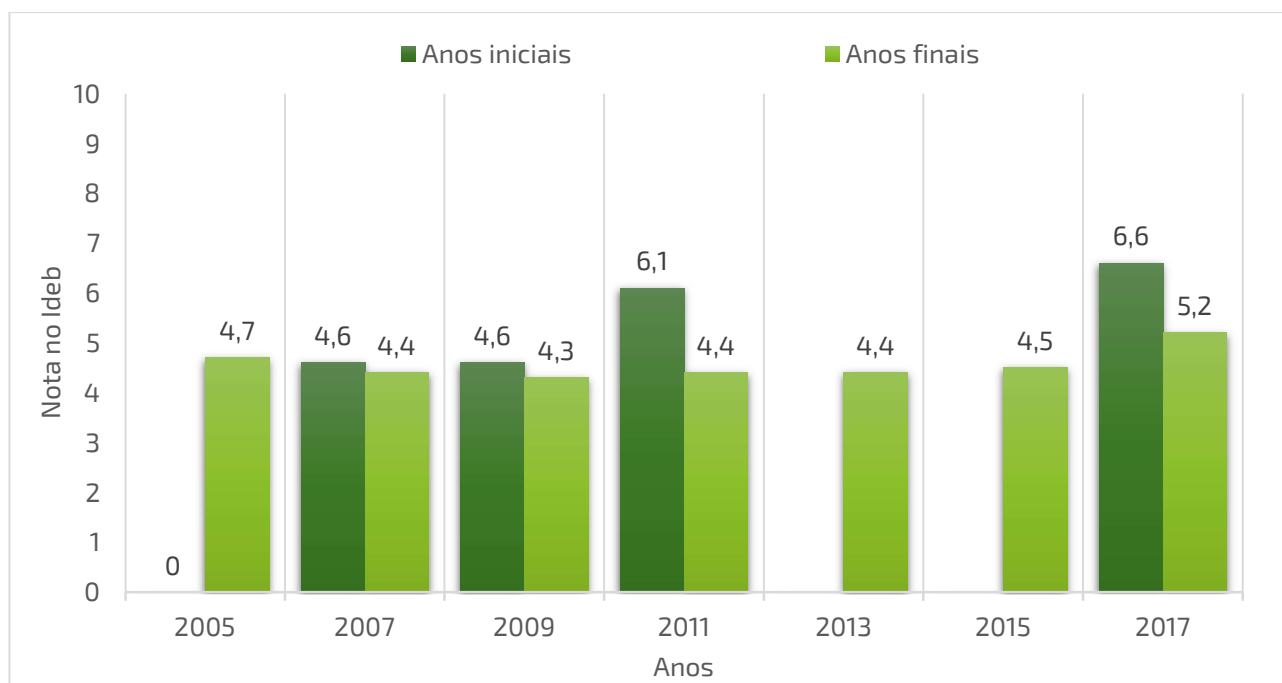
Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

### 2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 100 %, representando um excelente número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 230 matrículas no ensino fundamental e 55 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 23 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 9 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 2 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

**Figura 19.** IDEB das escolas do município de Cunhataí/SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>10</sup> tem evoluído no município, principalmente nos anos iniciais, conforme é possível observar na Figura 19.

Neste sentido, pode-se perceber que a educação dos anos iniciais evoluiu nos anos de 2007, 2009, 2011 e 2017, com notas de 4,6; 4,6; 6,1 e 6,6 respectivamente. Já, em relação aos anos finais da educação, observa-se que partiu de 4,7 em 2005 e caindo para 4,7 em 2007 e concluiu 2017 com nota 5,2. Tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais houve melhoras, mas os indicadores ainda estão muito além do considerado ideal, nota dez.

### **2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil**

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresentou oscilações no número de nascimentos de crianças entre 2006 a 2017, com momentos de crescimento, como nos anos de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2015 e momentos de menor números de nascimentos 2009 e 2011.

No período 2006 a 2017 o número de nascidos vivos cuja mães tinham menos de 18 anos é de 8.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos, com valores de 66, 54, 45 respectivamente para o período de 2006 a 2017 (Figura 20).

Durante o período analisado, não foi verificado nenhum caso com mães com menos de 15 anos. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados 4 partos de mães com mais de quarenta anos.

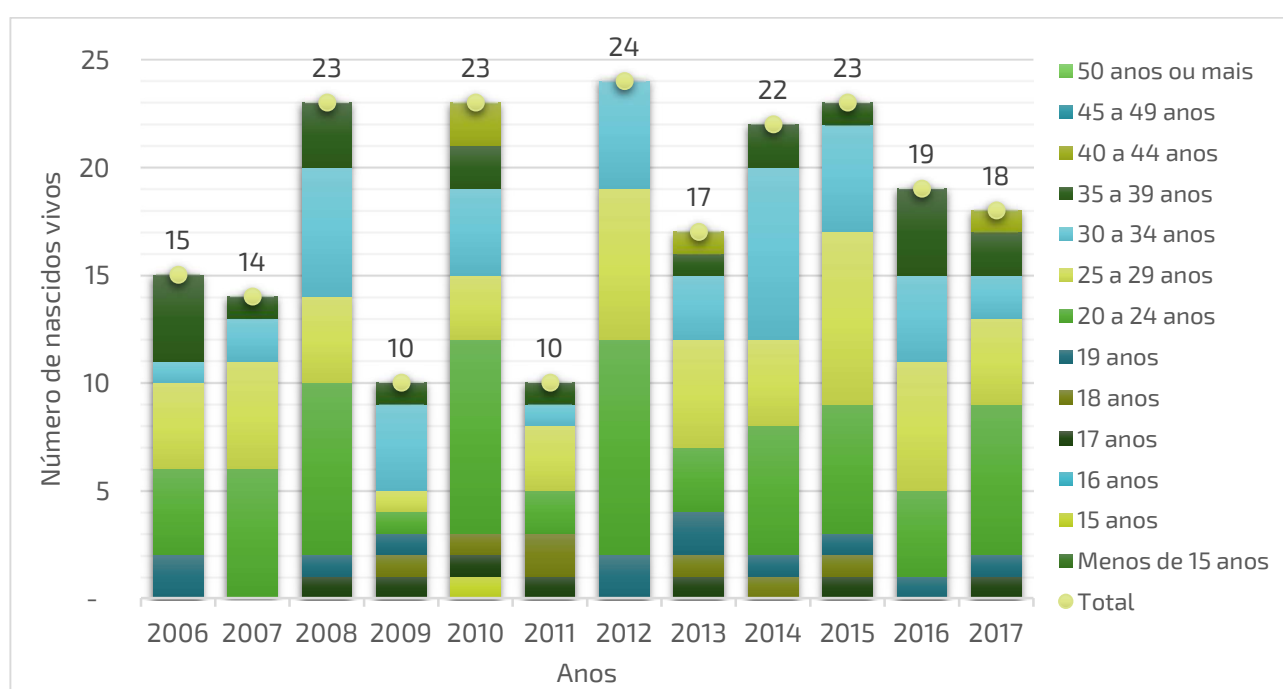
---

<sup>10</sup> Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e considerado como um dos principais indicadores para aferir a qualidade da educação e permitir o estabelecimento de metas. Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.



A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 não houve registros de mortalidade infantil e a “taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 55.56 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 11.8 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 295 e 10 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 199 de 5570, respectivamente” (IBGE, 2019).

**Figura 20.** Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Cunhataí/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

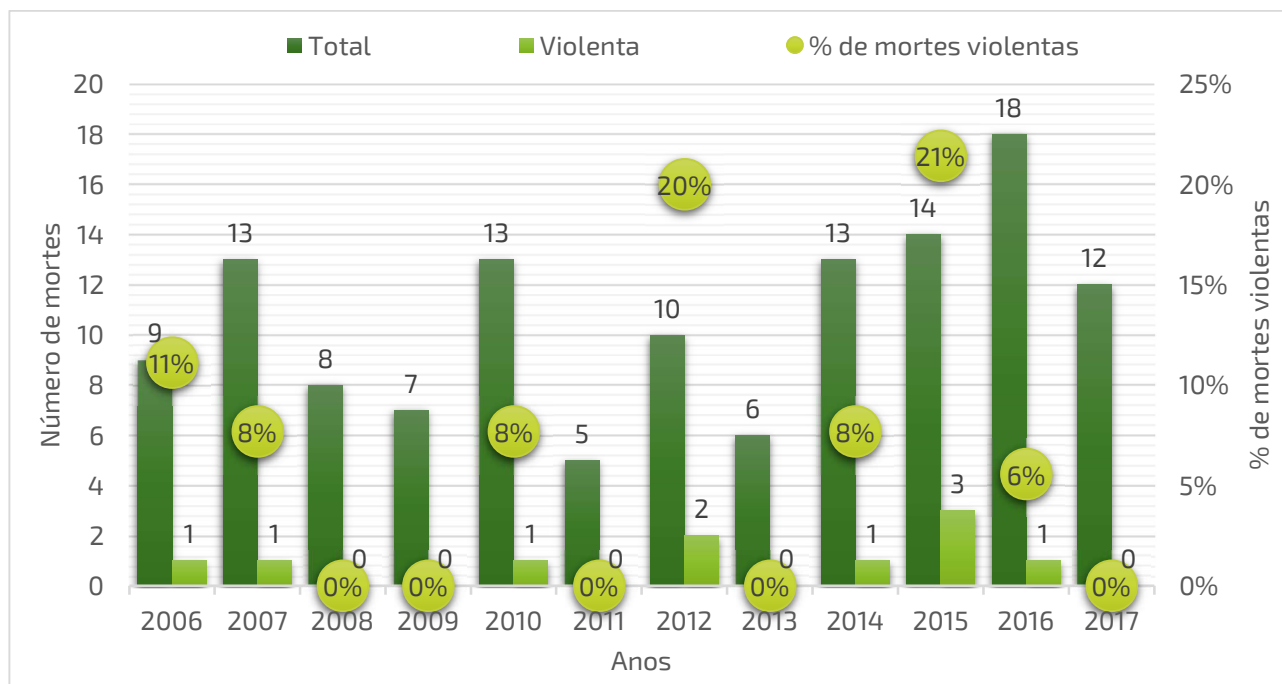
### 2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas variou de 0% a 21% entre 2006 e 2017, sendo que nos anos de 2008, 2009, 2011, 2013 e 2017 não ocorreram nenhuma morte violenta.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2011 com 5 mortes.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 128 óbitos, dos quais 10 ocorreram de forma violenta, ou seja, 8% das mortes no município foram violentas, conforme pode ser observado na Figura 21.

**Figura 21.** Óbitos, por natureza, em Cunhataí/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 1% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

### 2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

**Quadro 1.** Resumo dos Componentes do IFDM

<b>Emprego &amp; Renda</b>	<b>Educação</b>	<b>Saúde</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de empregos formais</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho</li> <li>• Geração de renda</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal</li> <li>• Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica (ISAB)</li> </ul>
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

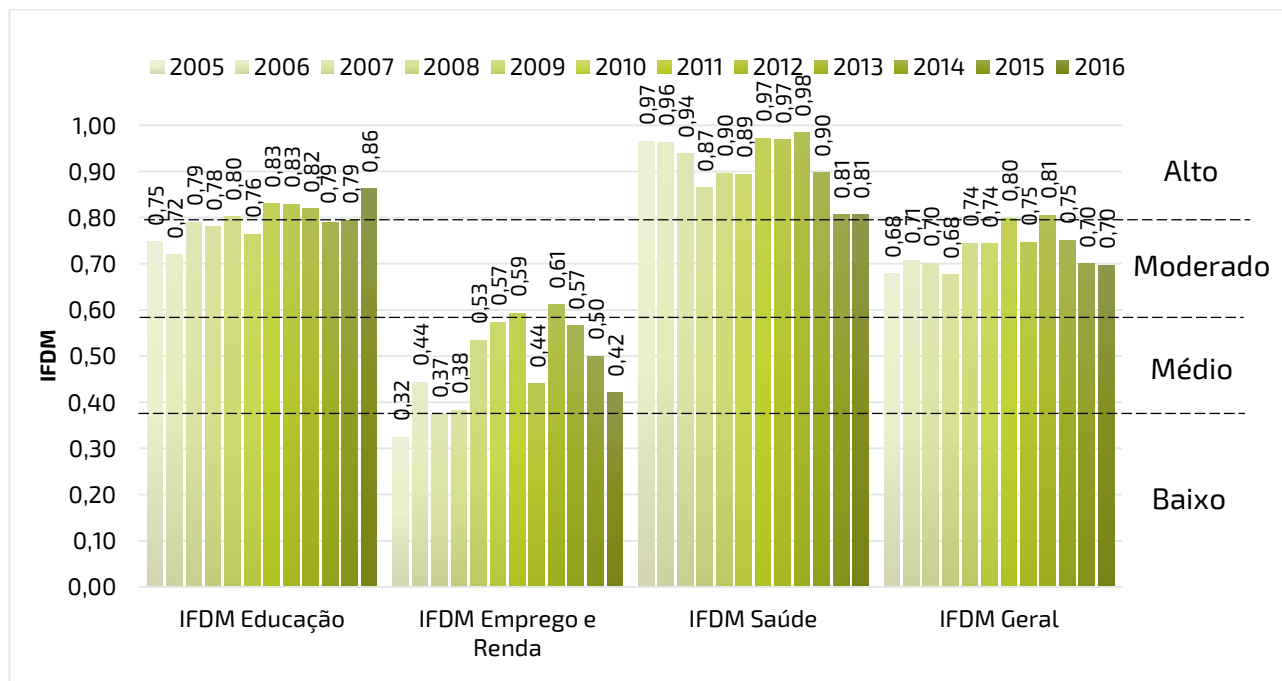
- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com Figura 22, a área de saúde é considerada moderada com índices decrescendo entre 0,97 a 0,81. A área de educação também é considerada moderada, mas com índices aumentado de 0,75 a 0,86 entre o período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa ao emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, oscilando de 0,32 para 0,42, o que coloca o município na categoria de baixo desenvolvimento para esse quesito.

Em termos gerais, o indicador de desenvolvimento municipal nos períodos de 2009 a 2014 esteve na faixa moderado e, a partir de 2015 estabeleceu-se como baixo nível de desenvolvimento, com índices de 0,70.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

**Figura 22.** Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

## 2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Cunhataí possui "22.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 58% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 14.5% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 248 de 295, 105 de 295 e

220 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3478 de 5570, 3789 de 5570 e 2325 de 5570, respectivamente." (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 5,4 mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 5.105,88 mil hectares. Destes, 8,7% foi declarado como Área de Proteção Permanente (APP), 18,61% como Reserva Legal e 70,16% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

**Tabela 4.** Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	5.451,10	
Número de imóveis rurais	535	
Área total dos imóveis rurais	5.105,88	93,67
Área média:	9,54	
Área mínima/máxima:	0,28 / 32,32	
APP	443,99	8,7
APP - Recomposição	9,60	0,19
Reserva Legal	950,08	18,61
Vegetação Nativa	829,66	16,25
Servidão Administrativa	61,93	1,21
Área Consolidada	3.582,42	70,16
Banhados	1	0,02
Número de Nascentes	140	0
Uso Restrito	1	0,02
Hidrografia	58,03	1,14
Topo de Morro	1	0,02
Áreas: Não Declarada - Outras	345,22	6,33

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Os dados permitem observar que dos 535 imóveis rurais, cerca de 63% mantém APP, 20% declarou ter olha d'água, 91% tem reserva legal e 70% conta com vegetação nativa.

**Tabela 5.** Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

<b>Elemento Ambiental (E.A):</b>	<b>Nº IR com EA<sup>1</sup></b>	<b>Área Declarada (ha)</b>	<b>Nº IR sem EA<sup>2</sup></b>	<b>% IR com EA<sup>3</sup></b>	<b>% IR sem EA<sup>4</sup></b>
APP	339	454	196	63	37
Área Consolidada	495	3.582	40	93	7
Banhado	1	1	534	0	100
Hidrografia	267	20	268	50	50
Nascente olho d'água	107	-	428	20	80
Reserva Legal	485	950	50	91	9
Servidão Administrativa	344	62	191	64	36
Uso Restrito	1	1	534	0	100
Vegetação Nativa	376	830	159	70	30
Área topo de morro	0	-			
<b>Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - CUNHATAÍ</b>					
Número Total de I.R.:	535	5.105,88			
Área Total do Município:		5.451,10			
% Área declarada/Área Município:		93,67			

<sup>1</sup> Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

<sup>2</sup> Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

<sup>3</sup> Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

<sup>4</sup> Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

### 3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado** regional, **nacional** e **global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização** e **valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d) empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o

compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

##### **Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL**

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

**Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL**

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

**Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL**

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

### **Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL**

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidos e comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do SC**. In: \_\_\_\_\_. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-SC/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ (SC). Prefeitura. **Histórico do Município de Cunhataí, SC**. 2019. Disponível em: <https://www.cunhatai.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/9047>. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ (SC). Prefeitura. **Colonização do Município de Cunhataí, SC**. 2019. Disponível em: <https://www.cunhatai.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/11203>. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ (SC). Prefeitura. **Aspectos Geográficos do Município de Cunhataí, SC**. 2019. Disponível em: <https://www.cunhatai.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/11487>. Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.